



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima.

No dia quatro de julho de dois mil e quatorze, às dez horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Alessandro Luiz Bonifácio – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O vereador José Guedes disse: “Senhor Presidente, questão de ordem. Estou com um requerimento aqui, é um requerimento especial sobre um terço de retorno de férias, artigo 75 da Lei Municipal 2.023. Eu gostaria que o Senhor consultasse o Plenário para que eu desse entrada neste momento deste requerimento. As leis estão aqui, a prefeitura já está contribuindo com um terço no retorno de férias. Eu gostaria que o Senhor consultasse o Plenário para que eu possa dar entrada nesse requerimento porque nós vamos entrar em recesso e isso já está muito atrasado. Obrigado”. O Senhor Presidente afirmou: “eu vou consultar o Plenário assim que eu cumprir a pauta. Vou deixar por último porque a reunião é específica para dois projetos, aí o Plenário vai julgar e saber, como ele é Soberano, se o requerimento de Sua Excelência segue”. O Senhor Presidente comunicou que as Atas da Reunião Extraordinária do dia seis de junho, da Reunião Ordinária do dia dez de junho, da Reunião Solene do dia onze de junho, da Reunião Extraordinária do dia vinte de junho, da Reunião Ordinária do dia vinte e quatro de junho e da Reunião Ordinária do dia



primeiro de julho de dois mil e quatorze foram encaminhadas aos gabinetes para os vereadores conferirem-nas. Colocou-as em discussão; nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou as Atas. Logo após, o Senhor Secretário proferiu a leitura da correspondência recebida: Da Polícia Militar de Minas Gerais, Terceira Região de Polícia Militar. Gabinete do Comando. Alexandre Antônio Alves, CEL PM, Comandante. Vespasiano, em seis de junho de dois mil e quatorze. Ofício nº 287/2014 – 3ª RPM. Assunto: Agradecimento. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura:

1) Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao referente ao Projeto de Lei nº 1.419/2014, que “Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do Exercício de 2015 e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Senhor Secretário informou que o vereador André Luiz Vieira da Silva não assinou o supracitado Parecer. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira solicitou: “eu gostaria, Senhor Presidente, após a leitura do parecer favorável à tramitação da matéria, que o Senhor consultasse a Câmara, aos vereadores a dispensa de interstícios e que a gente pudesse fazer a votação de primeiro e segundo turnos”. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, dispensou os interstícios para a votação deste projeto, conforme solicitação da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira; 2) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Resolução nº 134/2014, autoria da Mesa Diretora, que “Recompõe o subsídio mensal dos vereadores com base na Súmula 73 do



Tribunal de Contas de Minas Gerais e contém outras providências”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Silvânio Aguiar Silva, dispensou os interstícios para a votação deste projeto. Prosseguindo, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.419/2014, que “Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do Exercício de 2015 e dá outras providências”. Em primeira votação. Em discussão, a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou: “Senhor Presidente, eu gostaria de consultar o Plenário porque nós colocamos a segunda-feira, dia trinta, o vereador que quisesse colocar emenda à LDO pudesse comparecer à Casa que a Assessoria estaria à disposição. Como nós não tivemos nenhum vereador vindo aqui para colocar emenda, nós achamos prudente, eu discuti com a Assessoria e a gente achou prudente reeditar as emendas que nós fizemos para 2014, elas serem reeditadas para 2015. Se vocês concordarem, a gente vai anexar ao projeto, reeditar essas emendas que nós fizemos em bloco em 2014”. O vereador André Luiz Vieira da Silva solicitou: “Senhor Presidente, eu gostaria de pedir vista do projeto, já que tem as emendas aqui, eu não vou conseguir analisar tão rapidamente”. O Senhor Presidente registrou: “então, não vou dar nem seguimento porque houve um vereador, com direito constitucional, que está pedindo vistas. E ao mesmo tempo, eu já estou consultando o Plenário para convocar uma reunião para segunda-feira, às nove horas, para que seja concluída a votação da LDO”. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse: “só para justificar, eu não me lembro das emendas que foram colocadas,



entendeu? Então, a gente já tinha dado uma olhada na LDO, aí eu vou analisar direitinho, segunda-feira então a gente vota”. O Senhor Presidente afirmou: “eu estou consultando o Plenário para às nove horas de segunda-feira votarmos. É direito constitucional do vereador pedir vista na LDO”. O vereador Leci Alves Campos falou: “Senhor Presidente, eu gostaria que já ficasse registrada a minha justificativa de ausência na reunião de segunda-feira por motivo de viagem”. O Senhor Presidente registrou: “está justificado. Nós estamos antecipando a reunião de terça-feira, que é uma reunião natural, para segunda, às treze horas para votar a LDO. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. O vereador André Vieira tem vista no projeto”; 2) Projeto de Resolução nº 134/2014, autoria da Mesa Diretora, que “Recompõe o subsídio mensal dos vereadores com base na Súmula 73 do Tribunal de Contas de Minas Gerais e contém outras providências”. Em discussão, o Senhor Presidente informou: “deixar bem claro que isso não é aumento de vereador não, isso é reajuste de inflação. Tem, parece, que quatro ou cinco anos, não sei, que nunca foi reajustado. É um direito constitucional”. Em primeira e segunda votação, aprovado por dez votos e encaminhado à promulgação. O Senhor Presidente anunciou: “de acordo com o pedido do vereador José Guedes, ele está pedindo à Presidência que consulte o Plenário porque ele está entrando aqui com um requerimento, vou deixar o nosso Secretário ler”. O Senhor Secretário proferiu leitura do requerimento de autoria do vereador José Guedes: “Requeiro à Mesa, após ouvido o Douto Plenário, a Presidência desta Casa delibere no sentido de conceder aos funcionários o estabelecido na cláusula



décima segunda (da concessão da gratificação tratada no art. 75 da Lei Municipal nº 2.023/2007), que fica concedida anualmente uma gratificação inerente ao percentual de 1/3 sobre o salário base do servidor, pago necessariamente no retorno de suas férias. A concessão de tal gratificação corresponde ao cumprimento de Acordo Coletivo de Trabalho 2010/2011, ratificado pela Lei 2.419/2014. Por fim, considerando que tal benefício já é aplicado ao Poder Executivo e ainda considerando o princípio da isonomia visando o tratamento igualitário, rogamos pela concessão do presente. Certo de contar com o apoio dos nobres edis para o aprovo deste”. Em votação, o requerimento foi aprovado por dez votos. O vereador José Guedes disse: “Senhor Presidente, eu quero agradecer os meus companheiros por terem votado unanimemente neste requerimento. Sou sabedor que o município já tem contribuído com um terço de férias no retorno das férias do funcionário, e não seria justo que os funcionários da Câmara ficassem sem essa ajuda financeira. Para terminar, quero dizer que eu tenho dois projetos na Câmara no sentido do retorno de férias total, mas não foi aprovado pelo prefeito, foi aprovado pela Câmara no seu total, mas aos poucos nós vamos chegar lá. Então, com um terço de férias já é uma grande ajuda. Quero agradecer aos meus companheiros e quero dizer que esse benefício ajudará muitos funcionários da Câmara. Obrigado”. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. _____